



# **VALE ENGENHARIA CIVIL LTDA**

*CNPJ: 36.138.577/0001-01*

*Rua Duque de Caxias, Centro, nº 821*

*Pinheirinho do Vale/RS*

Pinheirinho do Vale, 12 de abril de 2023.

Imo. Sra. Bárbara Castagna Lovato

Pregoeira

Município de Tenente Portela/RS

Edital TP n/ 05/2023

## **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

Sobre os impedimentos levantados pela concorrente, cabe algumas considerações, tais como:

### **1 – AUSÊNCIA DAS NOTAS EXPLICATIVAS**

A propósito, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do sul já decidiu pela dispensabilidade notas explicativas em processos licitatórios:

**APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL INABILITAÇÃO DA APELANTE. APRESENTAÇÃO DE NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO CONTÁBIL. EXIGÊNCIA QUE EXTRAPOLA O DISPOSTO NA LEI Nº 8.66/93.** A Lei de licitações traz exigência de apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis da licitante. Nada refere a regra legal quanto à necessidade de Notas Explicativas ao balanço contábil, aliás, quantos aos documentos comprobatórios da qualificação econômica financeira dos licitantes, vige o princípio da instrumentalidade das formas de modo que para exame de capacitação financeira basta que os documentos sejam suficientes para que a administração analise a condição econômica da empresa. E isso é possível como extrato do Balanço contábil sendo que a ausência de tais notas explicativas não implica em presunção de inidoneidade de sua contabilidade.

**APELO PROVIDO. UNÂNIME.** (Apelação Cível número 70024316176, 21ª Câmara Cível Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Relator Genaro José Baroni Borges, Julgado em 09/ 07 /2008)

Não bastasse, ainda que a representação das notas explicativas fosse considerada indispensável caberia à administração realizar diligências para esclarecer dúvidas sobre a situação financeira da empresa nos termos do artigo 43, parágrafo terceiro da Lei número 8.666/96, o que não foi observado.

**Assim, demonstrado que a inabilitação da impetrante decorreu de ato ilegal da autoridade coautora, a segurança deve ser concedida** (grifo no original) (f. 73/740 dos autos virtuais).

Sendo seguido e citado por outros Tribunais, como vemos abaixo:

**Tribunal de Justiça de Santa Catarina TJ/SC – Reexame Necessário em Mandado de Segurança: MS XXXXX São Domingos XXXXX-6 – Inteiro Teor**  
Reexame necessário em mandado de segurança número 2015.0443973-6, de São Domingos

Impetrante: IDM Metalúrgica Limitada

Advogados: Dr. Fernando José Demarco (1257 / SC) e outro

Impetrado: Município de Xanxerê

Advogado: Dr. Paulo Henrique Rauen filho ( 6552/SC)

## DECISÃO MONOCROMÁTICA

IBM metalúrgica impetrou mandado de segurança contra ato do senhor prefeito de Xanxerê.

Alegou que foi lançado o edital de concorrência pública número 001 2015, cujo objeto é a seleção de projetos industriais tendo apresentado documentação para habilitação e a proposta técnica.

Foi inabilitada para prosseguir no certame sendo desclassificada pela ausência de notas explicativas no Balanço patrimonial.

No entanto, apresentou a documentação de forma correta de acordo com o instrumento convocatório.

Postulou a concessão de segurança para habilitá-la na concorrência pública ou subsidiariamente, considerar todas as licitantes inabilitadas.

Foi proferida sentença cuja conclusão é a seguinte:

**Ante o exposto, com fundamento no artigo 269, I, CPC, CONCEDO a segurança e determino a habilitação do impetrante no certame.**

**DECIDIDO.**

Observo que a impetrante foi excluída da concorrência pública número 0001/2015 pelo descumprimento, em tese, do item 5.3 “k” do edital (fls. 312/326), Ao argumento de que não apresentou notas explicativas juntamente com o Balanço patrimonial.

Entretanto, o edital não menciona expressamente a necessidade de apresentação de notas explicativas limitando-se a exigir: “Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios [...]” (fl.316). (Grifei).

Neste ponto, a decisão proferida no recurso administrativo argumenta que a necessidade de apresentação de notas explicativas decorre de exigência legal consubstanciada no artigo 176, parágrafo quarto, da lei 6.404/76 (fls. 560/575).

Ocorre, porém, que a disposição legal acima regulamenta a sociedades anônimas não abarcam as sociedades limitadas, como é o caso da autora, o que desfaz o argumento apresentado na via administrativa.

Sabe se que um dos princípios do processo licitatório é o da vinculação ao instrumento convocatório que possui aplicação tanto para a administração pública quanto para o administrado. Assim, "[...] O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame como aliás está consignado no artigo 41 da lei 8.666 (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 28° ed. São Paulo: Malheiros Editora, 2010, p. 542)".

Diante disso, a exigência de notas explicativas está em desacordo com o instrumento convocatório e não se apresenta razoável e proporcional, evidenciando o excesso de formalismo. Tais notas não têm o condão de demonstrar a situação financeira da empresa mas apenas esclarecem a forma de realização do Balanço patrimonial de maneira que sua ausência não pode determinar a inabilitação da empresa licitante.

A propósito, o tribunal de justiça do Rio Grande do Sul já decidiu pela dispensabilidade de notas explicativas em processos licitatórios conforme precedente que acompanhou a decisão liminar. ( Transcrita acima).

## 2 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

É sabido que nas licitações públicas as empresas devem comprovar sua capacidade técnica operacional. É através dessa comprovação que se verificam as condições dos licitantes para executarem as atividades pertinentes ao futuro contrato.

Assim, para uma determinada empresa realizar serviço obra é imperioso que ela comprove que possui a capacidade de executar o serviço ou obra demandados através de atestados específicos.

Referidos atestados são documentos emitidos por pessoas jurídicas de caráter público ou privado vindo para quem já desempenhou atividades similar com qualidade e pontualidade.

O contratante deverá testar de forma detalhada que o contratado prestou determinado serviço, executou determinada obra ou forneceu determinado bem, de modo satisfatório.

Conforme o Marçal Justem Filho:

“A qualificação técnica operacional consiste em qualidade pertinente às econômica participara anteriormente de contrato cujo objeto era similar ao previsto para a contratação almejada pela Administração Pública.

Já a interpretação legal acerca das exigências de qualificação técnica e econômica se limita aquelas que são indispensáveis a garantir o cumprimento das obrigações. Confira se o disposto na Constituição federal:

Art. 37, inciso XXI - ressalvados os casos especificados na legislação as obras serviços compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento mantidas as condições efetivas da proposta nos termos da lei, o qual somente permitirá se as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Ademais, o Tribunal de Contas da União proferiu a seguinte Súmula:

SÚMULA TCU 263: para comprovação da capacidade técnico operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

Destarte, resta demonstrado que a administração pública está estritamente vinculada ao objeto do edital para exigir a capacidade operacional das empresas.

Fica claro, que a empresa Vale Engenharia atende a todos os requisitos do edital tendo comprovado sua capacidade técnica financeira conforme a Lei.



## **VALE ENGENHARIA CIVIL LTDA**

*CNPJ: 36.138.577/0001-01*

*Rua Duque de Caxias, Centro, nº 821*

*Pinheirinho do Vale/RS*

### **3- DOS PEDIDOS**

Diante de todo o exposto requer seja **NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO APRESENTADO PELA EMPRESA NISA**, mantendo-se o ato da comissão que habilitou a empresa licitante vale engenharia uma vez que resta demonstrado que atendeu integralmente as exigências DO Edital, como consequência o prosseguimento do certame, tudo em observância aos princípios norteadores da licitação.

Nestes termos espera deferimento.

---

Márcio Caspers

Vale Engenharia Civil LTDA